

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários)
CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09

Relatório da Administração

Senhores acionistas, A Diretoria da ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Corretora relativas ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2022. A Corretora manteve ao longo de 2022 a continuidade de seu fortalecimento e maturidade nas suas atividades e operações voltadas à

administração fiduciária, custódia, controladoria e distribuição de fundos. Apesar dos desafios que se apresentaram em 2022 novas e importantes conquistas foram atingidas como a atuação do Banco Digital na disponibilização de ferramentas e meios de pagamentos, acesso à B3 como Participante de Negociação e a criação de uma área Private através de uma parceria com a Guide

Investimentos Corretora de Valores. Tudo isso foi possível em virtude do ambiente adequado e alinhado às normas dos reguladores, entre eles o Banco Central do Brasil, CVM, ANBIMA e BSM. Nossos colaboradores estão preparados e comprometidos com o crescimento fundamentado nas regras e melhores práticas do nosso mercado de atuação. O total de ativos da Corretora fe-

chou o ano de 2022 em R\$14,2 milhões e o patrimônio líquido em R\$2,1 milhões, com um crescimento de aproximadamente 150%. O resultado de 2022 atingiu a significativa marca de R\$ 1,3 milhões garantindo a continuidade dos nossos investimentos voltados para o crescimento sustentável da companhia.

A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)							
	Nota	dez/22	dez/21		Nota	dez/22	dez/21
Ativo Circulante		14.011	3.203	Passivo Circulante		12.074	2.516
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.328	2.496	Depósitos	9 a.	10.795	2.063
Instrumentos financeiros	5	175	-	Depósitos em conta de pagamento		10.795	2.063
Títulos e valores mobiliários - títulos públicos		175	-	Outras Obrigações		1.279	453
Rendas a receber	6 a.	937	356	Sociais e estatutárias		16	-
Rendas de serviços prestados		937	356	Fiscais e previdenciárias	9 b.	908	85
Outros ativos		1.571	351	Provisão para pagamentos a efetuar	9 c.	355	364
Diversos	6 b.	1.529	351	Diversos	9 c.	-	4
Despesas Antecipadas		42	-	Patrimônio Líquido		2.100	825
Ativo Não Circulante		163	138	Capital social	11	2.620	2.620
Ativo imobilizado	7	163	138	Prejuízos acumulados		(520)	(1.795)
Ativos imobilizados		197	153				
Depreciações acumuladas		(34)	(15)				
Ativos intangíveis	8	-	-				
Ativos intangíveis		878	878				
Amortização acumulada		(878)	(878)				
Total do Ativo		14.174	3.341	Total do Passivo		14.174	3.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)						
	Capital Social	Aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.100	-	54	-	-	1.154
Aumento de capital	1.520	-	-	-	-	1.520
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.849)	(1.849)
Destinações:	-	-	(54)	-	54	-
Reserva legal	-	-	(54)	-	54	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.620	-	-	-	(1.795)	825
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.275	1.275
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.620	-	-	-	(520)	2.100
Saldos em 30 de junho de 2022	2.620	-	-	-	(2.090)	530
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.570	1.570
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.620	-	-	-	(520)	2.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), é uma Corretora que tem como objetivo atuar com operações de bolsa, emissão de títulos e valores mobiliários, intermediação no mercado primário, administração e custódia de valores mobiliários e demais operações correlatas à intermediação financeira. Em 19 de agosto de 2021 em Ofício 19.146/2021-BCB/Deorf/GTSP1 o Banco Central do Brasil aprovou a prestação de serviço de emissão de moeda eletrônica pleiteada pela Corretora. As demonstrações financeiras da Corretora foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, e da Circular Bacen nº 3.959/19 e Resolução BCB 2/20. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Corretora podem incluir, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais alterações implementadas pela norma foram: as contas do Balanco Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo; os saldos do Balanco Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

3. Principais práticas contábeis: a. Moeda funcional: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação** - adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta descaída do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **• Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que, transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, e 20% para sistema de processamento de dados. **f. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** O CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável do ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras. **h. Passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos incorridos. **i. Partes relacionadas:** As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN. As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas. **j. Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas, legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos definidos na Resolução nº 3.823/09 e Resolução 4.842/20 do BACEN. **• Créditos tributários:** Não são reconhecidas contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. **• Obrigações fiscais diferidas:** São reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e

divulgação. **• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** São demandas judiciais que possam ser contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **k. Imposto de renda e contribuição social:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para exercer a atividade financeira:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	20%

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são calculados sobre os prejuízos fiscais. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. **I. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **Resultados recorrentes:** Os resultados recorrentes da Companhia são aqueles advindos das operações normais atrelado ao objeto social como resultado de intermediação financeira, receitas de prestações de serviços relacionados a administração de carteiras de terceiros, custódia e outras atividades correlacionadas aos investimentos de clientes. Em conjunto à estas receitas podemos observar que são recorrentes despesas administrativas que visam garantir a eficiência operacional e tecnológica da Companhia resguardando as operações realizadas para seus clientes. **Resultados não recorrentes:** A Companhia não espera incorrer em resultados não recorrentes ao longo de suas operações, neste sentido, pode-se destacar que os resultados não recorrentes que possam surgir ao longo das atividades são advindos de operações envolvendo o ativo permanente ou demais investimentos não caracterizados como ativos financeiros.

	2022	2021
Bancos	516	402
Reservas no banco central	-	2.094
Aplicações em operações compromissadas	10.810	-
Total	11.328	2.496

	2022		2021	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Bancos	516	516	402	402
Reservas banco central (a)	2	2	2.094	2.094
Aplicações em operações compromissadas (b)	10.810	10.810	-	-

Os saldos de caixa e equivalente a caixa são considerados como circulante.

(a) Neste saldo está contido os valores mantidos na conta da reserva direta do banco central e os valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas.

(b) A Corretora realiza operações compromissadas diariamente com vencimento em D+1 em função da sobra de caixa dos saldos mantidos em conta de pagamento de seus clientes. As operações foram realizadas com o Banco Caixa Econômica Federal, as taxas operadas foram de 13,5% e estão lastreadas por Letras do Tesouro Nacional.

Durante o exercício de 2022 a Corretora obteve um resultado de R\$ 1.214 (R\$ 31 em 2021) com operações compromissadas.

5. Instrumentos financeiros: Os títulos e valores mobiliários mantidos pela Corretora estão assim apresentados:

Títulos para negociação	Vencimento	Taxas	Hierarquia do valor justo (1)	Valor de mercado	Valor de custo	Valor MTM
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro	01/09/2023	0,03%	Nível 1	25	25	-
Letras financeiras do tesouro	01/09/2027	0,17%	Nível 1	150	149	1
Total				175	174	1

(1) Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

6. Outros ativos: a. Rendas a receber: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 937 (R\$ 356 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos serviços prestados aos fundos de investimentos com os quais a Corretora atua na administração ou presta serviços a fundos de investimentos vinculados a outros administradores, podendo ser, receitas de custódia, escrituração e outros. Tais montantes possuem vencimento dentro de 90 dias. **b. Outros ativos:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 1.529 (R\$ 351 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a em grande parte aos valores a receber da empresa com partes relacionadas, valores de créditos de boletos em outras instituições e saldos a identificar.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2º sem/22	dez/22	dez/21
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6	6	54
Receitas com aplicações interfinanceiras		728	1.214	-
Outras receitas com intermediação financeira		3.434	3.434	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13	4.168	4.654	54
Outras receitas/despesas operacionais		(2.112)	(2.893)	(1.903)
Receitas de prestação de serviços	14	4.090	6.742	940
Despesas com pessoal	15	(1.331)	(2.252)	(530)
Outras Despesas Administrativas	16	(5.648)	(7.864)	(1.986)
Despesas Tributárias		(714)	(1.023)	(166)
Outras Receitas Operacionais	17	1.652	1.863	-
Outras Despesas Operacionais		(161)	(359)	(161)
Resultado antes dos tributos e participações sobre o lucro		2.056	1.761	(1.849)
Tributos e participações sobre o lucro		(486)	(486)	-
Imposto de renda		(287)	(287)	-
Contribuição social		(199)	(199)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre/exercícios		1.570	1.275	(1.849)
Número de ações		3.535.668	3.535.668	3.535.668
(Prejuízo por mil ações)		0,4440	0,3606	(0,5230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre/exercícios	1.570	1.275	(1.849)
Número de ações	3.535.668	3.535.668	3.535.668
(Prejuízo por mil ações)	0,4440	0,3606	(0,5230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2022, o imobilizado está assim representado:

	2022		2021	
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Móveis e equipamentos de uso	154	(28)	126	129
Sistema de processamento de dados	43	(6)	37	9
Total	197	(34)	163	138

	2022			
	2021	Adições	Alienações	Depreciação acumulada
Imobilizado de uso				
Móveis e equipamentos de uso	129	12	-	(15)
Sistema de processamento de dados	9	32	-	(4)
Total	138	44	-	(19)

8. Ativos intangíveis: Em 31 de dezembro de 2022 a Corretora não fez aquisições de ativos intangíveis.

	Amortizada	Valor contábil de acumulação	Aquisição em 31 de dezembro/21	Amortizada	Valor contábil de acumulação em jun/22
Licença de uso de software	878	(878)	-	-	-
Total	878	(878)	-	-	-

9. Outros passivos: a. Depósitos: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 10.795 (R\$ 2.063 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a valores depositados em moeda eletrônica pelos clientes nas respectivas contas de pagamento, considerados como circulante. **b. Fiscais e previdenciários:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 908 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a impostos a recolher, considerados como circulante. **c. Provisão para pagamentos a efetuar e diversos:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 355 (R\$ 368 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a despesas administrativas a pagar a serem liquidadas no prazo de 90 dias.

10. Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL				
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	1.761	1.761	(716)	(716)
Base de cálculo de IR e CSLL	1.761	1.761	(716)	(716)
Adições / (exclusões)	15	15	-	-
Diversos temporários	-	-	(1)	(1)
Despesas indedutíveis	15	15	8	8
Compensação de prejuízos fiscais	(533)	(533)	-	-
Lucro Real	1.243	1.243	(709)	(709)

Impostos de renda e contribuição social - corrente

	2022	2021
Ativo fiscal diferido	-	-
O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.568 (R\$ 2.100 em 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.	287	199

11. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Corretora, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.620 (R\$ 2.620 em 31 de dezembro de 2021). Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 25 de maio de 2021 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 670 dividido em 996.454 novas ações ordinárias. Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 13 de julho de 2021 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 850 dividido em 1.439 novas ações ordinárias.

Composição acionária

...continuação

ID

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Anteriormente denominada BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários) - CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e aos Administradores da

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Corretoras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

das operações. Os responsáveis pela Administração da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas,

não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 "F" SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>